XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

ROTATIVIDADE EMPREGATÍCIA E VÍNCULOS DE TRABALHO EM SAÚDE: UM DEBATE SOBRE RELAÇÕES (IM)POSSÍVEIS

Letícia Maria Clemencio de Faria (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Renata Heller de Moura (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil).

contato: ra124439@uem.br
rhmoura@uem.br

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Relações interpessoais. Saúde mental. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). Psicologia sócio-histórica.

INTRODUÇÃO

A precarização do trabalho no setor da saúde tem gerado preocupações políticas e acadêmicas, demandando análises detalhadas e intervenções efetivas. Profissionais da saúde, diariamente, enfrentam desafios decorrentes de políticas de gestão que minam o Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuem para desumanização das relações laborais. Esse cenário é marcado por vínculos empregatícios instáveis, rotatividade intensa de trabalhadores e falta de reconhecimento de direitos trabalhistas, todos contribuindo para um ambiente laboral precário e impactando diretamente a qualidade do atendimento oferecido à população (DE GODOY et al., 2019).

Ao longo das últimas décadas, as políticas de saúde pública no Brasil têm sido marcadas por avanços e retrocessos, refletindo diretamente nas condições de trabalho dos profissionais da saúde. Desde a promulgação da Lei Orgânica de Saúde e a criação do SUS, em 1990, até os dias atuais, mudanças políticas e econômicas têm moldado o contexto laboral na área da saúde. Governos como os de Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro implementaram políticas de gestão que fragilizaram os direitos trabalhistas e desencadearam um processo de desregulamentação, contribuindo para a precarização do trabalho e acentuando as desigualdades no setor (ANTUNES, 2022).

Diante desse panorama, entendemos ser imprescindível conhecer não apenas as causas e consequências da precarização do trabalho na saúde, mas também as estratégias possíveis para enfrentar esse desafio. Este resumo expandido apresentará uma síntese dos principais aspectos abordados na pesquisa que realizamos com o objetivo de compreender as condições de trabalho estabelecidas nos serviços de saúde pública do Brasil, especificamente no que diz respeito às possibilidades, ou impossibilidades, para o desenvolvimento de vínculos

XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

relacionais entre os(as) profissionais que atuam em tais contextos de trabalho. Os serviços públicos de saúde selecionados como campo de pesquisa foram duas enfermarias de um mesmo hospital-escola da região Sul do Brasil. Discutiremos as consequências da precarização no trabalho em saúde em sua particularidade relacional, buscando incrementar o debate sobre os rebatimentos da precarização do trabalho sobre a saúde mental. Desse modo, nos perguntamos se seria possível a construção de vínculos interpessoais que promovam a saúde mental, mesmo em um contexto de vínculos precários de trabalho, e quais seriam as repercussões subjetivas de tal fenômeno.

MÉTODO

Por explorar um fenômeno particular e a maneira como tal fenômeno se manifesta em um contexto singular pouco estudado, aprimorando ideias e confirmando ou não hipóteses, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de caráter exploratório (GIL, 2002). Os dados foram trabalhados de maneira qualitativa e, por meio da pesquisa de campo, buscamos relacionar dados que envolvem descrição das pessoas, do local e de fatos, integrando o individual com o histórico e social.

Primeiramente, em caráter exploratório, realizamos um levantamento de material bibliográfico sobre o tema da pesquisa, utilizando os descritores "Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT)", "precarização do trabalho no SUS", "vínculos empregatícios", "relações interpessoais", "convivência no contexto de trabalho", "sofrimento psíquico" e "saúde mental" nas bases de dados SCIELO, PEPSIC, LILACS, com apoio do Google Acadêmico. Em seguida, realizamos a leitura sistematizada dos textos que estivessem em consonância com os objetivos da pesquisa, selecionados a partir da leitura de seus respectivos resumos e análise de sua pertinência ao tema. Tais leituras nos ajudaram na elaboração do roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais e trabalhadores(as) de um hospital-escola público, localizado na região sul do Brasil.

Os dados coletados por meio das entrevistas foram examinados sobre o prisma da abordagem teórica e metodológica da Psicologia Sócio-Histórica. À luz desse referencial teórico-metodológico, a análise dos dados levantados nesta pesquisa, sejam eles decorrentes da revisão bibliográfica, ou das entrevistas realizadas, buscaram apreender os sentidos do discurso das pessoas participantes da pesquisa através da formação de "núcleos de significação", conforme as etapas estabelecidas por Aguiar e Ozella (2006). De acordo com

XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

esses autores, o processo de análise, que permite a formulação dos núcleos de significação, consiste em três etapas: o levantamento de pré-indicadores, isto é, palavras que indicam e revelam indícios de certas formas de pensar; seguidos da formação de indicadores, que seriam o agrupamento destas por similaridade, complementaridade ou contraposição; corroborando por fim, com a formulação dos núcleos de significação, etapa em que os indicadores são articulados de forma a revelarem uma realidade mais profunda da realidade estudada.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No levantamento de material bibliográfico sobre o tema da pesquisa, foram localizados 67 artigos nas bases de dados acima mencionadas. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 17 artigos (que demonstraram consonância com os objetivos da pesquisa) para a leitura e fichamento na íntegra. Durante a análise sistemática dos 17 artigos, procuramos identificar os aspectos-chave que nos forneceriam insights para interpretar e compreender as entrevistas conduzidas posteriormente. Reconhecemos que não se tratava simplesmente de aplicar teorias à realidade investigada, mas sim de entender sua aplicabilidade e relevância contextual.

No levantamento de campo, realizamos entrevistas com 11 trabalhadoras das enfermarias de pediatria e de ginecologia e obstetrícia do hospital-escola pesquisado, que se voluntariaram para participar. No perfil de participantes da pesquisa, destacamos o fato de todas as participantes terem sido mulheres. Porém esse critério (ser mulher) não foi tomado previamente como fator de inclusão/exclusão. Compreendemos esse dado como expressão de uma característica psicossocial do perfil de trabalhadores no campo onde a pesquisa se desenvolveu.

Em relação a área de atuação, tivemos a seguinte distribuição numérica, conforme as funções profissionais exercidas pelas participantes: auxiliar de cozinha: 1 (9%); encarregada da higienização e limpeza: 1 (9%); estudante de enfermagem: 1 (9%); enfermeiras: 4 (36%); lactarista: 1 (9%); e técnicas de enfermagem: 3 (27%). Podemos verificar que preponderam as funções profissionais da área da enfermagem.

O tempo de serviço (vínculo empregatício com o hospital-escola pesquisado) das profissionais pode ser assim retratado: menos de 1 ano: 3 (27%); entre 1 e 5 anos: 2 (18%); entre 6 e 10 anos: 2 (18%); entre 11 e 15 anos: 1 (9%); entre 16 e 20 anos: 1 (9%); mais de 20

XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

anos: 2 (18%). Podemos verificar aqui que a maior porcentagem é de profissionais com menos de 1 ano em tempo de serviço no hospital-escola pesquisado.

O tipo de vínculo de trabalho entre as participantes expressa maior contraste de dados que os anteriormente apresentados: 5 eram credenciadas, representando 45,45% das profissionais entrevistadas; 3 eram estatutárias, representando 27,27%; 2 eram terceirizadas, representando 18,18% e 1 era estagiária, representando 9%. Somando os tipos de vínculo que se caracterizam por curta duração e por vulnerabilidades associadas ao regime de contrato, temos 72,63% (somatório da porcentagem de credenciadas, terceirizadas e estagiária) das entrevistadas. Esse dado demonstra que a instabilidade empregatícia está muito presente nas formas de contratação no hospital-escola onde a pesquisa ocorreu.

O processo de análise qualitativa das entrevistas foi baseado no procedimento apresentado por Aguiar e Ozella (2006), tal como mencionamos no método. Foram formulados dois núcleos de significação: 1) “As relações interpessoais na promoção da saúde mental”; e 2) “Fatores de risco à convivência no ambiente de trabalho: questões estruturais e tipo de vínculo”.

O primeiro diz respeito a como a cooperação e o companheirismo no trabalho se tornam fortalecedores da saúde mental e ajudam a não só entregar uma assistência de qualidade, mas a sobreviver a uma rotina que está entrelaçada à precarização do SUS e à precarização do trabalho. Desse mesmo modo, Nascimento *et al* (2021), relata que as relações interpessoais são determinantes para o bem estar no trabalho. Elenca que um dos principais fatores que interferem positivamente no bem estar mental desses(as) trabalhadores(as) é a relação com a equipe e com os colegas de trabalho. Durante as entrevistas a ideia de que a convivência seria um dos estimuladores da saúde mental foi confirmada e que, quando há acolhimento, apoio e compartilhamento de experiências, as relações interpessoais se tornam uma motivação para o trabalho.

O segundo núcleo está relacionado às condições que podem colocar em risco a formação dessas importantes relações interpessoais no trabalho. As informações captadas a partir das entrevistas, em congruência a revisão bibliográfica, trazem a precarização do trabalho como um dos fatores, afetando diretamente o modo de contratação dos funcionários e a sua forma de subjetivação do trabalho. De acordo com Scherer (2009), para se construir um coletivo, é necessário que haja o mínimo de estabilidade e permanência no trabalho, já que os vínculos e a cooperação são construídos com o tempo. No hospital pesquisado, a

XII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

21 a 22 de Março de 2024

grande maioria dos funcionários(as) se encontra em um vínculo precário, e os resultados mostram que tais condições (ou falta delas) faz com que haja frustração nesse trabalho e a busca por melhores oportunidades, gerando alta rotatividade. Por conseguinte, a rotatividade e a sensação de falta de estabilidade pode ser um motivo para a não construção de um vínculo benéfico com a equipe.

Outras questões identificadas incluem o preconceito contra funcionários terceirizados e os desafios decorrentes de uma expansão não planejada da instituição pesquisada. Esses problemas afetam negativamente a convivência e contribuem para o estresse e a insegurança dos trabalhadores. Além disso, a falta de estabilidade nos vínculos empregatícios afeta diretamente a relação entre os profissionais de saúde e os usuários dos serviços, prejudicando a continuidade e a eficácia do atendimento. A ausência de contratos estáveis dificulta o desenvolvimento de um cuidado integral e compromete a qualidade dos serviços prestados.

Diante desse cenário, é evidente a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a valorização e a proteção dos profissionais de saúde, visando garantir condições dignas de trabalho e promover a saúde mental desses trabalhadores. A implementação efetiva da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) surge como uma medida crucial para enfrentar os desafios decorrentes da precarização do trabalho na área da saúde e promover ambientes laborais saudáveis e seguros.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, p. 222-245, 2006.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE GODOY, A. M., et al. Desmonte e sucateamento do SUS e desumanização dos espaços de saúde: um relato de experiência. **Revista educação em saúde**, n. 7, p. 2019, pp. 155-159.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, R. S. et al. Bem-estar mental de enfermeiros em um hospital de urgência e emergência. SMAD. **Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 17, n. 2, p. 34-43, 2021.

SCHERER, M.D.A; PIRES, D.; SCHWARTZ, Y. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde, **Rev. Saúde Públ.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 721-725, 2009.